

Coluna do Castello

Ever. Brasil

Os remédios do presidente

HÁ duas pessoas tranqüilas quanto ao desdobramento da crise econômico-financeira, o presidente José Sarney e o ministro Dilson Funaro. "Sabemos quais são os remédios e vamos aplicá-los", disse o presidente a uma nação perplexa ou angustiada em vários dos seus estamentos sociais. No governo, silencia-se sobre o diagnóstico e o receituário e fora do governo sindicatos, pecuaristas e empresários pendentes de taxas de juros inassimiláveis traçam o quadro de uma sintomatologia sinistra.

O ministro Funaro, a quem o consenso apresenta como um personagem de conotações psicológicas místicas, volta tranqüilo do seu giro pelo mundo e pedindo mais do que 90 dias para negociar créditos de curto prazo que interessam não só ao Brasil como às nações credoras, pois desses créditos dependem as importações brasileiras e credores, continua a ser a tônica da ação ministerial que se realiza sob a declarada certeza de que chegará a bom termo. Mantém-se a recusa de bater às portas do FMI que, no entender do sr Funaro, beneficia as nações ricas e não as nações carentes.

O presidente antecipa que os remédios que ele conhece e que adotará oportunamente são "amargos" e ele será o primeiro a sentir que são "muito amargos", mas suficientes para debelar a inflação "monetária, psicológica e especulativa" com que se defronta o governo. Os remédios podem estar, ou não, nas idéias que lhe ofereceu o ministro João Sayad, mas na verdade nada se sabe a não ser o esforço para conter por seis meses as despesas dentro da receita e por prosseguir o realinhamento de preços para liberar a economia. A agricultura considera ameaçada a supersafra pela insuficiência dos preços mínimos e a alta de juros, mas há uma moratória em preparo nesse terreno.

O sintoma mais inquietante do agravamento da crise situa-se no plano social. Aí as greves proliferam e atingem setores vitais da vida do país, demonstrando que a escalada das reivindicações não pretende deter-se ante considerações como essencialidade de serviços e interesse da segurança nacional. Claro que isso gera outros problemas, como a intervenção das Forças Armadas, que passaram a substituir a Polícia Federal no controle das zonas de choque, gerando temores nos partidos e na Constituinte.